

CONV 391/02

NOVA VERSÃO

CONTRIB 136

NOTA DE ENVIO

| | |
|----------|---|
| de: | Secretariado |
| para: | Convenção |
| Assunto: | Contributo de Michel Barnier e António Vitorino, membros da Convenção "Para uma melhor coordenação das políticas económicas" |

O Secretário-Geral da Convenção recebeu de Michel Barnier e António Vitorino, membros da Convenção, o contributo que figura em anexo.

Convenção Europeia
7 de Novembro de 2002

Para uma melhor coordenação das políticas económicas
Contribuição de Michel Barnier e de António Vitorino para a Convenção Europeia

As políticas económicas são, e devem continuar, assunto da competência nacional. Mas a sua coordenação é uma obrigação comum que deve ser mais respeitada, como o demonstram bem as dificuldades destes últimos meses.

Acontece que nesta matéria não basta estabelecer as regras do jogo: é preciso também que o árbitro tenha autoridade suficiente para as fazer respeitar e que as estruturas de decisão estejam adaptadas aos desafios. Daí que sejam necessárias certas reformas nos tratados.

O grupo de trabalho sobre governança económica identificou as principais questões a debater agora em plenário na Convenção. Parece-nos útil evocar sucintamente os motivos que impõem a adaptação dos nossos tratados.

1. Como impor o respeito das obrigações comuns?

O que está em jogo aqui não é pronunciar-se sobre a *natureza* das regras comuns. Os debates a este respeito estão em curso, mas qualquer que venha a ser o seu resultado, uma coisa é certa: a união económica e monetária precisa, para funcionar, de disciplinas comuns e de coordenação. Os compromissos assumidos devem ser respeitados.

Actualmente, a Comissão dirige ao Conselho simples recomendações em relação às *orientações gerais de política económica* e formula as *advertências* previstas pelo Pacto de Estabilidade. O Conselho pode facilmente modificar o conteúdo destas recomendações.

É inútil sublinhar quanto é difícil para o representante de um governo advertir um colega do Conselho. Esta situação incita ao estabelecimento de compromissos que põem em causa a credibilidade dos mecanismos de coordenação das políticas económicas.

A Comissão recomenda assim a transformação em *propostas* das recomendações para as orientações gerais de política económica e as advertências previstas no Pacto de Estabilidade. Por outras palavras, seria necessário o acordo da Comissão para estas propostas poderem ser alteradas, a menos que o Conselho, por unanimidade, não decida de as modificar. Esta é a metodologia de trabalho habitual prevista no tratado.

A adaptação em apreço permitiria:

- dotar a Comissão de meios para obrigar todos os Estados-Membros a respeitar as regras;
- preservar o carácter comunitário do exercício e a coerência das políticas.

2. Como fazer aprovar as advertências?

O grupo de trabalho sobre governança económica reconheceu o interesse de a Comissão poder dirigir de forma autónoma uma primeira advertência a um Estado-Membro que apresentasse riscos de défice excessivo.

Para que o processo de decisão seja eficaz, importa ainda excluir o Estado-Membro em questão da votação das advertências.

O tratado prevê já uma exclusão desta natureza quando o Conselho notifica um Estado para que este corrija um défice excessivo, mas em relação à votação das advertências, essa precisão não foi feita. Por definição, o Estado em questão opõe-se geralmente a qualquer advertência que lhe é dirigida. Excluí-lo da votação parece lógico, a fim de evitar que o mesmo seja simultaneamente juiz e parte. Esta solução afigura-se mais equitativa. Forçoso é constatar que, por força das regras de ponderação dos votos, os Estados mais povoados podem mais facilmente do que os outros subtrair-se às recomendações, na medida em que lhes é mais fácil organizar uma coligação para conseguir uma minoria de

bloqueio. Equidade, eficácia: duas razões sérias para adaptar as disposições do tratado em relação a esta questão.

3. Como decidir entre Estados-Membros da zona Euro?

As fronteiras da zona do Euro estão vocacionadas para coincidir com as da União. Porém, uma vez que alguns Estados-Membros não integram ainda esta zona e que o seu número irá aumentar com o alargamento, este objectivo natural só poderá ser alcançado a longo prazo.

É necessário, em relação a este aspecto, ser capaz de imaginar os condicionalismos de funcionamento de uma União alargada a cerca de trinta Estados-Membros. Os mecanismos de decisão previstos hoje pelo tratado já não correspondem às necessidades da zona Euro. Permitir que os Estados da zona Euro decidam entre si assuntos relativos ao Euro é uma questão de bom senso.

O *statu quo* conduziria à paralisação. Em 2004 haverá mais Estados-Membros fora da zona Euro do que dentro da mesma. O Eurogrupo, criado pelo Conselho Europeu em 1997, é um simples fórum de discussão informal entre Estados participantes. Sem dúvida útil, poderá subsistir enquanto espaço informal de discussão. Mas no âmbito do actual Tratado, só o Conselho Ecofin está habilitado a tomar decisões. Para tratar, por exemplo, os assuntos relativos aos défices excessivos na zona Euro, à política de câmbios, as decisões relativas aos Estados-Membros que pretendem adoptar o euro, ou ainda a parte das OGPE relativas à zona Euro, a Comissão recomenda a criação de um "Conselho Ecofin para a zona Euro", composto dos ministros das finanças dos Estados-Membros da zona Euro e dotado de poderes de decisão nas áreas de interesse comum dos Estados-Membros que partilham a mesma moeda.

4. Como representar a zona Euro nas instâncias financeiras internacionais?

O euro é hoje a segunda moeda mais importante do mundo e a zona Euro constitui colectivamente a segunda grande potência económica e comercial do planeta.

No entanto, a União Europeia não tira plena partido desta situação no plano internacional. A questão da representação internacional do euro continua de facto por resolver. No G7 Finanças, por exemplo, a presidência do Eurogrupo - quando não é exercida por um Estado que participa no G7 - e o BCE só participam na discussão de determinados pontos. A Comissão só assiste a este debates em relação a uma parte ainda mais restrita da ordem de trabalhos, designadamente a que diz respeito ao branqueamento ou ao financiamento do terrorismo.

No FMI, a única alteração digna de nota desde 1999 foi a concessão de um estatuto de observador ao BCE. É certo que a posição da presidência nos debates internacionais é hoje preparada de uma forma concertada, mas é-o muitas vezes com base num compromisso que não permite que a União dê colectivamente provas de suficiente autoridade e de capacidade de iniciativa.

A Convenção deveria encontrar meios para resolver esta questão de forma programática, em conformidade com o que prevê o artigo 111º do Tratado, para decidir acerca da representação internacional do euro ou da posição da Comunidade.